

ÍNDICE

	Págs.
Nota Prévia à 3. ^a edição	5
Nota Prévia à 2. ^a edição	7
Nota Prévia da 1. ^a edição	9
Abreviaturas	13
§ 1.º Direito do Trabalho: o quê, porquê e para quê?	15
§ 2.º Noção, objecto e características gerais do Direito do Trabalho	29
§ 3.º Fontes do Direito do Trabalho (breve referência)	33
3.1. Fontes específicas: a convenção colectiva de trabalho	33
3.2. A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Comunitário	35
3.3. A Constituição da República	37
§ 4.º A hierarquia das fontes e as relações entre a lei e a convenção colectiva: princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador?	43
4.1. O princípio do <i>favor laboratoris</i>	43
4.2. O art. 4.º, n.º 1, do CT de 2003	46
4.3. A CRP: princípio da norma mínima?	49
4.4. Síntese conclusiva (em face do CT de 2003)	50
4.5. O art. 3.º do actual CT	53
§ 5.º Contrato de trabalho: noção e elementos essenciais	57
§ 6.º Algumas características do contrato de trabalho	63
6.1. Contrato sinalagmático e oneroso	63
6.2. Contrato patrimonial e obrigacional	64
6.3. Contrato de adesão	64
6.4. Contrato duradouro	64
6.5. Contrato <i>intuitu personae</i> ?	65

	Págs.
§ 7.º Contrato de Trabalho versus Contrato de Prestação de Serviço	67
7.1. Os arts. 1152.º e 1154.º do CCivil.....	67
7.2. Contrato de trabalho, Direito do Trabalho, reacção patronal.....	69
7.3. O <i>nomen iuris</i> e o «princípio da primazia da realidade»	72
7.4. A qualificação contratual e a prova.....	73
7.4.1. Situação anterior ao CT de 2003.....	73
7.4.2. O art. 12.º do CT de 2003 (redacção originária)	75
7.4.3. A nova redacção do art. 12.º do CT de 2003.....	76
7.4.4. O art. 12.º do actual CT	78
§ 8.º Contratos de trabalho com regime especial	83
8.1. Breve referência ao contrato de trabalho desportivo	83
8.2. Funções públicas e contrato de trabalho.....	86
§ 9.º Modalidades de contrato de trabalho: os múltiplos desvios ao modelo típico	91
9.1. O contrato de trabalho a prazo ou a termo.....	93
9.1.1. Liberdade contratual <i>versus</i> segurança no emprego.....	93
9.1.2. Termo resolutivo: requisitos materiais e requisitos formais.....	95
A) Requisitos materiais	95
B) Requisitos formais.....	99
9.1.3. Termo certo	102
9.1.4. Termo incerto	110
9.1.5. Condição resolutiva.....	113
9.1.5.1. O problema.....	115
9.1.5.2. De 1976 a 1989.....	117
9.1.5.3. De 1989 a 2003.....	118
9.1.5.4. O CT de 2003.....	121
A) O art. 127.º do Código face ao art. 9.º da LCT	121
B) O art. 145.º do Código face ao art. 51.º da LCCT	122
9.1.5.5. Nota conclusiva: o actual CT	123
9.2. O trabalho temporário	125
A) Cedência ocasional de trabalhador.....	128

	Págs.
9.3. O trabalho a tempo parcial	130
9.4. O trabalho intermitente	135
9.4.1. Noção. O <i>genus</i> e as espécies.....	135
9.4.2. Trabalho intermitente e trabalho a tempo parcial	136
9.4.3. Requisitos de admissibilidade.....	137
9.4.4. Forma e conteúdo	138
9.4.5. Direitos e deveres do trabalhador intermitente.....	139
9.4.6. Contrato de trabalho intermitente <i>versus</i> contrato a termo	141
9.4.7. Intermitente: o contrato e o trabalho.....	143
9.5. A comissão de serviço.....	145
9.6. O teletrabalho	149
A) Teletrabalho <i>versus</i> trabalho no domicílio	154
§ 10.º A formação do contrato de trabalho	157
10.1. Capacidade das partes: o trabalho de menores	157
10.2. Idoneidade do objecto.....	162
§ 11.º Processo de formação do contrato	167
11.1. A promessa de contrato de trabalho	167
11.2. Princípio da liberdade e princípio da igualdade no acesso ao emprego	169
11.3. Fase pré-contratual e «direito à mentira»	172
§ 12.º Formalismo negocial: o princípio da consensualidade e as suas excepções	175
§ 13.º A invalidade do contrato de trabalho	179
13.1. Invalidade parcial	179
13.2. Invalidade total.....	181
§ 14.º O período experimental	183
14.1. Regime jurídico.....	183
14.2. O período experimental e o art. 53.º da CRP.....	186
§ 15.º O empregador e a empresa	191
15.1. Empresa e Direito do Trabalho	191
15.2. Transmissão da empresa e contrato de trabalho.....	193
15.2.1. Sub-rogação legal do adquirente.....	193
15.2.2. Direito de opção do trabalhador?.....	195

	Págs.
15.3. A dimensão da empresa e o Direito do Trabalho.....	197
15.3.1. Principais projecções regimentais da classificação tipológica das empresas laborais.....	199
15.3.2. Balanço e perspectivas: o processo de «dimensionamento» do Direito do Trabalho no contexto da flexibilização das leis laborais.....	202
15.3.3. O dilema dimensional.....	204
§ 16.º Os poderes patronais e os direitos do trabalhador enquanto pessoa e cidadão	207
16.1. Os poderes do empregador.....	207
16.2. A força de trabalho e a pessoa do trabalhador.....	213
16.2.1. Os direitos laborais inespecíficos.....	213
16.2.2. Um exemplo: tabaco e trabalho	218
16.2.2.1. Fumar nos locais de trabalho: permitido ou proibido?	220
A) Proibição legal de fumar nas áreas fechadas dos locais de trabalho	220
B) Permissão legal de fumar nas áreas ao ar livre dos locais de trabalho	222
C) Permissão legal condicionada de fumar nas áreas fechadas dos locais de trabalho.....	222
D) Que espaço para a decisão patronal?.....	223
16.2.2.2. Proibição de fumar e poder disciplinar.....	225
16.2.2.3. Condição de fumador e contrato de trabalho. Motivo de cessação do contrato? Requisito de contratação laboral?	226
16.2.2.4. Conclusão.....	228
16.2.3. Outro exemplo: VIH/SIDA e trabalho	229
16.2.3.1. O estigma da seropositividade e a «tensão para a transparência»	229
16.2.3.2. O mandato antidiscriminatório e o seu significado	230
16.2.3.3. O «direito à opacidade serológica»	231
16.2.3.4. As excepções à regra	234
16.2.3.5. O cozinheiro seropositivo e o contrato dele	236

	Págs.
16.2.4. O assédio no trabalho	237
§ 17.º O <i>quid</i> da prestação de trabalho: fazer o quê?	243
17.1. O objecto da prestação de trabalho: a categoria profissional e as funções desempenhadas pelo trabalhador	243
17.2. A mobilidade funcional.....	246
§ 18.º O lugar da prestação de trabalho: trabalhar onde?.....	249
18.1. O relevo do local de trabalho	249
18.2. A noção de local de trabalho.....	251
18.3. A garantia da inamovibilidade do trabalhador.....	252
18.4. As possibilidades de transferência unilateral à luz do CT.....	254
18.5. As transferências autorizadas pelo contrato: as «cláusulas de mobilidade geográfica».....	257
18.6. A transferência dos representantes dos trabalhadores.....	262
18.7. A transferência como direito do trabalhador	264
§ 19.º O tempo da prestação de trabalho: trabalhar quanto e quando?	269
19.1. Tempo de trabalho e tempo de repouso	269
19.2. Período normal de trabalho e adaptabilidade do tempo de trabalho	271
19.3. Horário de trabalho, descanso semanal e isenção de horário	273
19.4. Trabalho por turnos, trabalho nocturno e trabalho suplementar	276
19.5. Feriados.....	281
§ 20.º O direito ao repouso e ao lazer: o regime jurídico das férias	283
20.1. A duração das férias.....	283
20.2. Retribuição durante as férias	287
20.3. A estrutura complexa do direito a férias e a cessação do contrato	290
20.4. A marcação das férias	290
20.5. O ano da contratação.....	292
20.6. A tutela do direito a férias.....	293
§ 21.º O dever de assiduidade e o regime jurídico das faltas.....	295
§ 22.º Trabalhar a troco de quê? A retribuição.....	299
22.1. Noção e estrutura da retribuição	299
22.2. Qualificação	301
22.3. Modalidades.....	304
22.4. Prestações complementares ou acessórias: a base de cálculo.....	305

	Págs.
22.5. Determinação do valor da retribuição	308
22.6. Cumprimento da obrigação retributiva	313
22.6.1. Forma e prova do cumprimento	313
22.6.2. Lugar e tempo do cumprimento	315
22.7. A especial tutela da retribuição.....	318
22.7.1. Compensação da obrigação retributiva.....	318
22.7.2. Cessão do crédito retributivo	323
22.7.3. Prescrição dos créditos laborais	327
22.7.3.1. A prescrição de créditos.....	327
22.7.3.2. A <i>ratio</i> do art. 337.º, n.º 1, do CT.....	329
22.7.3.3. A crítica ao art. 337.º, n.º 1, do CT.....	331
22.7.4. Privilégios creditórios	334
22.7.5. Fundo de garantia salarial	335
§ 23.º A suspensão do contrato de trabalho: o vínculo relaxado.....	337
23.1. Noção, fundamento e efeitos gerais da suspensão.....	337
23.2. Suspensão individual, por facto respeitante ao trabalhador	339
23.3. Suspensão colectiva, por facto respeitante ao empregador	343
23.3.1. Situações de crise empresarial.....	344
23.3.2. Encerramento temporário do estabelecimento	346
23.4. Suspensão consensual, por mútuo acordo	346
23.5. Suspensão por decisão do-trabalhador	348
§ 24.º A cessação do contrato de trabalho: o vínculo dissolvido.....	351
24.1. Significado e alcance do regime da cessação do contrato de trabalho...	351
24.2. Formas de cessação do contrato de trabalho.....	355
24.3. Extinção por caducidade	356
24.4. Extinção por mútuo acordo (revogação).....	362
24.4.1. A cessação por acordo	362
24.4.2. A exigência de forma escrita.....	364
24.4.3. A compensação pecuniária global.....	365
24.4.4. A cessação do acordo de revogação	367

	Págs.
24.5. Extinção por despedimento com justa causa	371
24.5.1. Noção de justa causa de despedimento	371
24.5.2. Os deveres do trabalhador.....	372
24.5.3. As condutas extra-laborais do trabalhador: candidatas positivas a constituir justa causa de despedimento?	377
24.5.4. O procedimento disciplinar	380
24.6. Causas objectivas de despedimento	386
24.6.1. Despedimento colectivo	387
24.6.2. Despedimento por extinção de posto de trabalho	390
24.6.3. Despedimento por inadaptação.....	392
24.7. Meios de reacção contra o despedimento	394
24.8. Ilicitude do despedimento: causas e efeitos da ilicitude.....	398
24.8.1. As causas de ilicitude do despedimento.....	398
24.8.2. Os efeitos da ilicitude do despedimento	401
24.8.2.1. A ilicitude/invalidade do despedimento	401
24.8.2.2. Os «salários intercalares».....	404
24.8.2.3. A reintegração do trabalhador	413
24.8.2.4. A «indenização de antiguidade».....	421
24.8.2.5. O despedimento irregular.....	427
24.8.2.6. Despedimento ilícito e contrato a termo.....	432
24.9. Extinção por iniciativa do trabalhador (demissão).....	433
24.9.1. Demissão com aviso prévio (denúncia)	433
24.9.1.1. O princípio da livre demissão	433
24.9.1.2. A revogação da denúncia.....	439
24.9.2. Demissão com justa causa (resolução)	444
24.9.2.1. A noção de justa causa	444
24.9.2.2. Procedimento para resolução do contrato.....	447
24.9.2.3. Indemnização devida ao trabalhador	449
24.9.2.4. Indemnização a pagar pelo trabalhador.....	450
24.9.3. O abandono do trabalho	451